

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria de Fiscalização de Pessoal**  
2ª Divisão de Fiscalização de Pessoal

**Servidor:** THELMA ARAUJO PEREIRA  
**CPF:** 416.703.451-49 - **Matrícula:** 1193287  
**Tipo de Ato:** APOSENTADORIA - **Processo:** 279000265/2014  
**Cargo:** Técnico em Saúde - Classe Especial - Padrão V  
**Número do Ato:** 011134-7  
**Órgão de Origem:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES)

Senhor Diretor,

1. Examina-se, na oportunidade, a legalidade do ato concessão de aposentadoria voluntária de Thelma Araujo Pereira, matrícula nº 119328-7, cargo de Técnico de Saúde.
2. Consoante análise pretérita, em cotejo dos dados do ato em comento com informações extraídas do SIGRH | SIAPE não se verificou indício de acumulação indevida.
3. O Controle Interno opinou pela legalidade da presente concessão, ressaltando a omissão do art. 1º da Lei nº 1.004/96, tanto no ato concessório, quanto no SIRAC, o que, todavia, poderia ser relevado, pois não afetaria o mérito da concessão.
4. A presente concessão foi realizada quando a servidora já havia sido condenada à perda da função pública, por decisão transitada em julgado em 11/02/14, conforme a Ação Civil de Improbidade Administrativa relativa ao Processo-TJDFT nº 2002.01.1.036052-9.
5. De início, discutiu-se se, na esfera administrativa, ocorreria a aplicação automática da condenação judicial de perda da função pública. Contudo, em decisão do Juízo da Primeira Vara de fazenda Pública, do Distrito Federal adotada na fase de execução da sentença da própria Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 2002.01.1.036052-9 (cópia na aba "Tramitação do Ato"), após a interessada apresentar impugnação do ato de anulação de sua aposentadoria por falta de observância do devido processo legal, restou assentada a necessidade de instauração de processo administrativo específico para a anulação da aposentadoria:  
  
"Como já salientado na decisão de fls. 932/936, a sanção de perda da função pública prevista na Lei n.º 8.429/92 não permite a cassação automática da aposentadoria, sob pena de caracterizar-se interpretação extensiva de norma de caráter punitivo, vedada pelo ordenamento jurídico.

A cassação da aposentadoria somente poderia ocorrer, com fundamento no art. 134, da Lei n.º 8.112/90, após regular processo administrativo para aplicação de penalidade na esfera

administrativa.

(...)

No presente caso, não foi instaurado processo administrativo para declarar nula a aposentadoria concedida; houve apenas a instauração de PAD com vistas a aplicar a condenação proferida e já transitada em julgado de perda da função pública.

Ocorre que, tal fato – a abertura de processo administrativo para declarar nula a aposentadoria concedida em decorrência da condenação proferida no presente feito - deve ser apreciado administrativamente e ultraja o princípio da separação de poderes a pretensão de que o Judiciário pratique o ato administrativo. Como se sabe, o Poder Judiciário pode fazer o controle da legalidade do ato administrativo, mas não há espaço para que pratique o próprio ato.”

6. Por meio da Decisão nº 853/2018, o Egrégio Plenário desta Corte de Contas determinara que fosse mantido o sobrestamento da análise da presente concessão (determinada na Decisão nº 695/2017) e que a jurisdicionada instaurasse processo administrativo disciplinar para verificar a conduta da servidora, para fins de eventual aplicação da penalidade de cassação de aposentadoria, caso não prescrita a pretensão punitiva:

#### **Decisão nº 853/2018**

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da extinção de cumprimento de sentença, quanto à Sra. Thelma Araújo Pereira, proferida na Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa n.º 2002.01.1036052-9, em trâmite no TJDF, haja vista a aposentadoria ora examinada; II – manter o sobrestamento determinado pela Decisão n.º 695/17; III – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que adote providências com vistas ao que foi decidido na ACPIA n.º 2002.01.1036052-9, quanto à necessidade de instaurar processo administrativo disciplinar para verificar a conduta da servidora, para fins de eventual aplicação da penalidade de cassação de aposentadoria, caso não prescrita a pretensão punitiva, disso dando ciência a esta Corte de Contas no prazo de 30 (trinta) dias; IV – autorizar o retorno dos autos à Sefipe, para os devidos fins.”

7. Com relação à determinação contida no item III, da Decisão nº 853/2018, a jurisdicionada informou que a admissibilidade do processo administrativo instaurado em desfavor de Thelma Araujo Pereira estava sendo tratado em caráter sigiloso no bojo do Processo SEI 00060-00392652/2018-83). Até o momento, não houve informações a respeito do desfecho do mencionado processo administrativo. E, de acordo com contracheque obtido via SIGRH (juntado à aba “Tramitação do Ato”), a interessada continua recebendo seus proventos.

8. Quanto ao sobrestamento determinado pela Decisão n.º 695/2017 e mantido pelo item II da Decisão n.º 853/2018, a interessada interpôs Pedido de Reexame (Peça 24) conhecido pela Decisão n.º 1838/2019 (Peça 28), sem efeito suspensivo. No mérito, o Tribunal deu provimento ao recurso e determinou o retorno dos autos à SEFIPE, para as devidas providências (Decisão n.º 741/2020):

#### **Decisão n.º 741/2020**

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da Informação n.º 235/2019 - NUREC (peça 31); II – no mérito, dar provimento ao pedido de reexame interposto pela Sra. Thelma Araújo Pereira, por meio de sua representante legal (peça 24), revogando o sobrestamento determinado pelo item II da Decisão n.º 853/2018; III – autorizar: a) o conhecimento do teor desta decisão à recorrente e a sua representante legal; b) o envio de cópia da decisão ao **Núcleo de Recursos**, para os correspondentes registros; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE, para as devidas providências. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, §1º, do RI/TCDF.”

9. Em conformidade com a alínea “c” do item III da Decisão n.º 741/2020, os autos retornaram à SEFIPE para a análise da legalidade do ato de concessão.

10. Observa-se que, de acordo com os registros do SIRAC-Concessões, na data de publicação do ato, 28/04/2014, a interessada havia cumprido os requisitos para se aposentar na forma pretendida. Contudo, ressalva-se que encontra-se em tramitação na jurisdição procedimentos com vistas a dar cumprimento ao determinado no item III da Decisão n.º 853/2018.

11. Mas, como destacado no Voto do Relator (peça 37 do Processo n.º 35.506/2016), a análise do Tribunal não anula a possibilidade de a interessada ser punível com a cassação da aposentadoria:

“19. Ademais, ainda que esta e. Corte de Contas considere a aposentadoria legal e realize o registro, fica a Recorrente sujeita à regra prevista no parágrafo único do artigo 203 da Lei Complementar n.º 840/2011, segundo a qual será cassada a aposentadoria do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com demissão.”

12. Em razão do exposto, sugere-se ao Tribunal:

1) considerar parcialmente cumprida a Decisão n.º 853/2018;

2) considerar legal para fins de registro a concessão em exame, ressaltando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão

nº 77/2007, adotada no Processo nº 24185/2007;

3) determinar à jurisdicionada que, se ainda não o fez, conclua o cumprimento da determinação contida no item III da Decisão nº 823/2018 (III – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que adote providências com vistas ao que foi decidido na ACPIA n.º 2002.01.1036052-9, quanto à necessidade de instaurar processo administrativo disciplinar para verificar a conduta da servidora, para fins de eventual aplicação da penalidade de cassação de aposentadoria, caso não prescrita a pretensão punitiva...), o que será verificado em futura auditoria;

4) autorizar o arquivamento do feito.

À Consideração Superior.

Brasília, 13 de Maio de 2020

RAIMUNDO JOSÉ VENTURA - Mat. nº 5703